

Índio sem terra e rio poluído

Duas denúncias graves emergiram do depoimento prestado ontem, na CPI dos conflitos fundiários da Assembleia Legislativa, por Dom Erwin Krautler, bispo Prelado do Xingu, e presidente do Conselho Indigenista Missionário. A primeira delas diz respeito à presença de milhares de garimpeiros nas áreas indígenas. A segunda está relacionada com a crescente poluição do rio Fresco, um dos maiores afluentes do Xingu, pelas descargas de mercúrio, detergentes e óleo utilizados na lavra e apuração do ouro.

E simplesmente alarmante, conforme alertou o bispo, o que ele viu ainda na semana passada, no rio Fresco, em cuja margem se situam duas grandes aldeias indígenas, a dos Gorotire e a dos Kikretum. O rio, de acordo com seu relato, está totalmente poluído por causa da lavagem do cascalho nos garimpos, e suas águas, turvas e barrentas, já não servem para banho e muito menos para consumo.

Além da grande quantidade de peixes mortos, segundo o bispo, há uma ameaça real para a saúde dos índios e mesmo para toda a população ribeirinha do Xingu, abaixo de São Félix. "Urge tomar providências diante deste verdadeiro crime", acrescentou.

Índio ameaçado

Depois de fazer referências genéricas a antigos conflitos entre brancos e índios, Dom Erwin afirmou que a situação não mudou muito nos últimos anos. "O saldo de mortos a ferro e fogo é hoje menor, mas os ataques continuam, as invasões prosseguem, a maneira de tomar as terras indígenas é mais sofisticada, mas nem por isso menos cruel", acrescentou.

Os povos indígenas do Xingu, segundo o presidente do CIMI, continuam acossados por todos os lados pelas firmas de extração mineral, por madeireiros e fazendeiros. Há mais de 10 anos foi projetada, conforme aduziu, a demarcação oficial da Reserva Indígena Kaiapó, que até hoje não foi concluída.

O conflito dos Gorotire, há algum tempo atrás, com trabalhadores de fazendas que estavam avançando na reserva com os desmatamentos, foi, segundo ele, um alerta às autoridades. "Mas até hoje não surtiu o efeito de levar a termo a demarcação para evitar futuros impasses".

Há pouco mais de uma semana, ele disse ter encontrado no Posto Gorotire um topógrafo que, inspirando-lhe confiança, previu que finalmente a demarcação será concluída. "Mas mesmo com a Reserva Indígena oficialmente demarcada, a paz não voltará aos nossos povos indígenas", disse o bispo, acrescentando: "o decreto presidencial nº 88.965, de novembro de 1983, abre definitivamente as áreas indígenas à mineração por grupos econômicos".

Dom Erwin acrescentou que as consequências nefastas desse dispositivo legal para os povos indígenas são inimagináveis para quem não conhece a realidade. Milhares de garimpeiros já se encontram hoje nas áreas indígenas do Xingu. Aos índios é paga uma percentagem sobre o metal extraído. "Pensa-se destarte fazer jus às suas exigências e conquistá-los para uma convivência amistosa. Na realidade, despejar milhões de cruzeiros nas aldeias é nada mais que o golpe mortal à sociedade tribal", afirmou.

Advertiu Dom Erwin que esse procedimento cria uma forte dependência do dinheiro e da cultura do branco e de seus artigos de consumo, entre as populações indígenas. Não tendo costume de lidar com somas vultosas, o índio sucumbe fatalmente à tentação de fazer gastos desnecessários, abandona suas roças e artesanatos e renuncia ao trabalho comunitário. "A comunidade se desestabiliza e não raras vezes as próprias lideranças se corrompem, sem falar dos vícios que o freqüente contato com a sociedade envolvente estimula", disse o bispo do Xingu.

Riqueza mineral

Além de afetar as comunidades indígenas, as riquezas minerais, existentes em alta escala na região, segundo ele, estão contribuindo também para a concentração de terras em poder de poderosos grupos econômicos, com prejuízos para os pequenos lavradores.

Já em 1970, conforme observou, o levantamento aerofotogramétrico realizado pelo Projeto Radambrasil revelou, naquela área, a existência de reservas de ouro, prata, chumbo, zinco, cobre, manganês, níquel e cassiterita, além da existência, também, de manchas de terra roxa, apropriada para a agricultura. Milhares de pedidos de demarcação de lotes e dezenas de pedidos de exploração mineral deram entrada no Inara e no Departamento Nacional de Produção Mineral.

Por volta de 1975, de acordo com o relato de Dom Erwin Krautler, o município de São Félix do Xingu foi incluído no Programa Polamazônia. Desde o início da construção da estrada que liga São Félix à Conceição do Araguaia e Marabá, a Rodovia PA-279, em 1976, uma verdadeira corrida às terras vem ocorrendo, sem interrupção, até os dias de hoje.

O programa de colonização, com a demarcação de terras e o desenvolvimento urbano, como previsto no Polamazônia, não chegou a ser implantado, segundo o bispo. Pelo contrário, o acesso à terra é dado a grandes investidores. "A Andrade Gutierrez, de Minas Gerais, adquiriu 400 mil hectares. Outros 500 mil hectares são vendidos em lotes de 3 mil hectares, inacessíveis aos migrantes que chegaram primeiro".

Afirmou Dom Erwin que a maior parte dos investidores planeja instalar fazendas de gado na região, e com isso põe-se abaixo toda a floresta e se utiliza pouquíssima mão-de-obra. A Andrade Gutierrez criou uma infraestrutura a 120 quilôme-

tros de distância de São Félix do Xingu, chamada Tucumã. O projeto, segundo ele, destinava-se a 35 mil habitantes. No entanto, como teve oportunidade de observar há alguns dias, o Tucumã estagnou com mais ou menos 2 mil habitantes, em sua maioria oriundos do sul do país.

O outro lado da medalha, conforme o seu relato, foi o aparecimento imprevisto e não calculado da cidade-favela "Ourilândia", a apenas 10 quilômetros de Tucumã. "De dois anos para cá, as barracas se multiplicaram incrivelmente, abrigando famílias oriundas de quase todos os Estados do Brasil, à procura de terra ou condições para traba-

Conflitos na Transam pela posse de fazendas

Dom Erwin Krautler denunciou ontem que o Projeto Integrado de Colonização (PIC) Altamira-Marabá, na Transamazônica, tornou-se palco, ultimamente, de sérios conflitos, entre grandes fazendeiros e glebistas de um lado e posseiros de outro.

Ele acrescentou que a Fazenda União, no Km 95, de propriedade de Paulo Mendes, de São Paulo, através de seu gerente já há muito tempo vinha ameaçando os posseiros, residentes há vários anos no travessão "Surubim", para que abandonassem as terras, sob a alegação de que eram de propriedade da fazenda e ostentando um documento de compra e venda expedido por um cartório do Estado de Goiás.

Durante mais de cinco anos, conforme acentuou, essa fazenda deixou a área inteiramente ociosa, sem que seu proprietário fizesse ali qualquer benfeitoria. Os posseiros, no entanto, resistiram às ameaças e, quando o sr. Paulo Mendes viu frustrado seu intento de expulsá-los, fez-lhes a proposta de dividir a gleba em lotes de 50 hectares, metade do módulo previsto pelo Incra. Os colonos resistiram uma vez mais e, finalmente, graças à sua persistência e união, "diante da prepotência do fazendeiro e da notória inoperância do Incra", acabaram ganhando a questão.

Outro caso relatado pelo bispo foi o da Fazenda Bacajá, no Km 130. No travessão do "Pilão", ela possui duas glebas de 3 mil hectares. Com a intenção de juntar terra à terra, já desde 1975 tentou apoderar-se da gleba 3 e queimou a casa e os cereais do colono Cicero Maranhense. Colocou vigias no local e posteriormente armou pistoleiros para segurar aquela área a qualquer preço. Começou então a luta de resistência dos colonos ameaçados. Estes enviaram seus representantes ao Incra e registraram queixa na polícia em Altamira sobre a presença de pistoleiros, depois que vários lavradores foram ameaçados e cinco deles tiveram seus barracos incendiados.

Depois de recorrerem, na época sem sucesso, tanto ao Incra, como ao 51º BIS sediado em Altamira e à juíza da comarca, os colonos se mantiveram firmes e unidos. Tempos depois, ganharam a questão e puderam continuar nas terras que já vinham ocupando há vários anos.

O Baixo Xingu

Situação mais ou menos parecida, embora com algumas características distintas, conforme relatou Dom Erwin Krautler, vem ocor-

lar. A população já ultrapassa os 20 mil habitantes, sem contar os garimpeiros de cujo número nem se tem idéia. A maioria vive na miséria. As condições de habitação e saúde são precaríssimas e a rua principal é hoje uma zona de prostituição", acrescentou.

Q bispo do Xingu aduziu que toda aquela região está sob a jurisdição do Getat, que até agora nem de longe foi capaz de promover um assentamento ordenado da população. "E mais uma vez se constata, também aqui, que a distribuição de terras não visa o pequeno agricultor, mas privilégio o latifúndio".

rendo na região do Baixo Xingu, abrangendo os municípios de Senador José Porfírio, Porto de Moz e principalmente Gurupá. Neste último município, segundo ele, os casos são mais ilustrativos, já que a população nativa, em sua maioria, não dispõe de terras, e predominam até hoje as relações de produção como na época da borracha: pelo aviação.

Os donos - "é difícil averiguar se o são realmente de direito" -, chamados "patrões", controlam a exploração da madeira e do látex. Os parceiros, chamados "fregueses", têm por obrigação vender a sua produção em troca de mercadorias ou vales, e continua a extração de madeiras pelas grandes firmas.

A retenção dos pagamentos, com a duração de alguns meses, em determinados casos, causa a fome e a miséria entre a população pobre. Ultimamente, segundo o bispo, a devastação dos açaizeiros, para produção de palmito, vem criando sérios problemas na região. "Há verdadeiras ameaças contra moradores que resistem; se eles mesmos não se dispuserem a cortar os açaizeiros, firmas e patrões acenam com pessoal de fora para fazer tal serviço, tirando assim do povo até o açaí, alimento complementar de suas já parcas refeições".

A exemplo do que ocorre em outras áreas, tanto sob jurisdição do Incra quanto sob jurisdição do Getat, na região do Baixo Xingu, sob jurisdição do Itepa, há, segundo Dom Erwin Krautler total omissão e até uma ausência completa de autoridade. "Pelo que nós sabemos, disse ele, o Itepa não tem sequer um representante naquela área". A situação se agrava, conforme acentuou, em função das frequentes viagens das autoridades judiciárias para Belém ou outras cidades do Estado, "dando a impressão de que na própria comarca só se encontram de passagem".

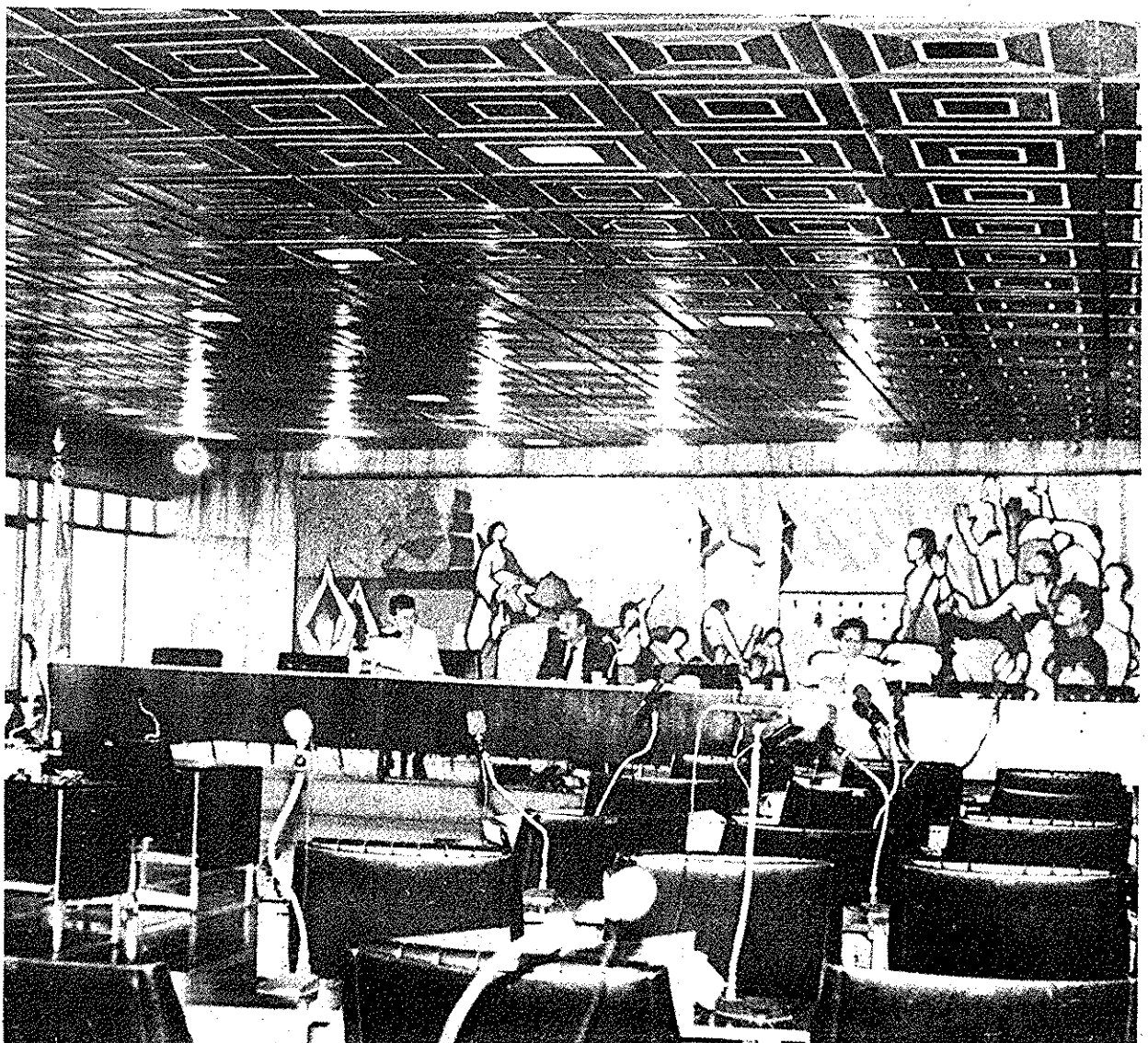
Assegurou o bispo do Xingu que a concentração de terras nas mãos de uns poucos tornou-se a razão da intensa migração dos Gurupenses para outros municípios. "Basta comparar o censo de 1970 com o de 1980. Gurupá tinha em 1970 13.983 habitantes. Dez anos depois, verificamos um aumento de menos de 2 mil, subindo sua população para apenas 15.871 pessoas. O povo de Gurupá tem que sair de seu município em procura de terras onde possa trabalhar e tirar seu sustento. Seus filhos nativos são expulsos por necessidade, já que a terra onde nasceram pertence a outros", acrescentou.

A Transamazônica

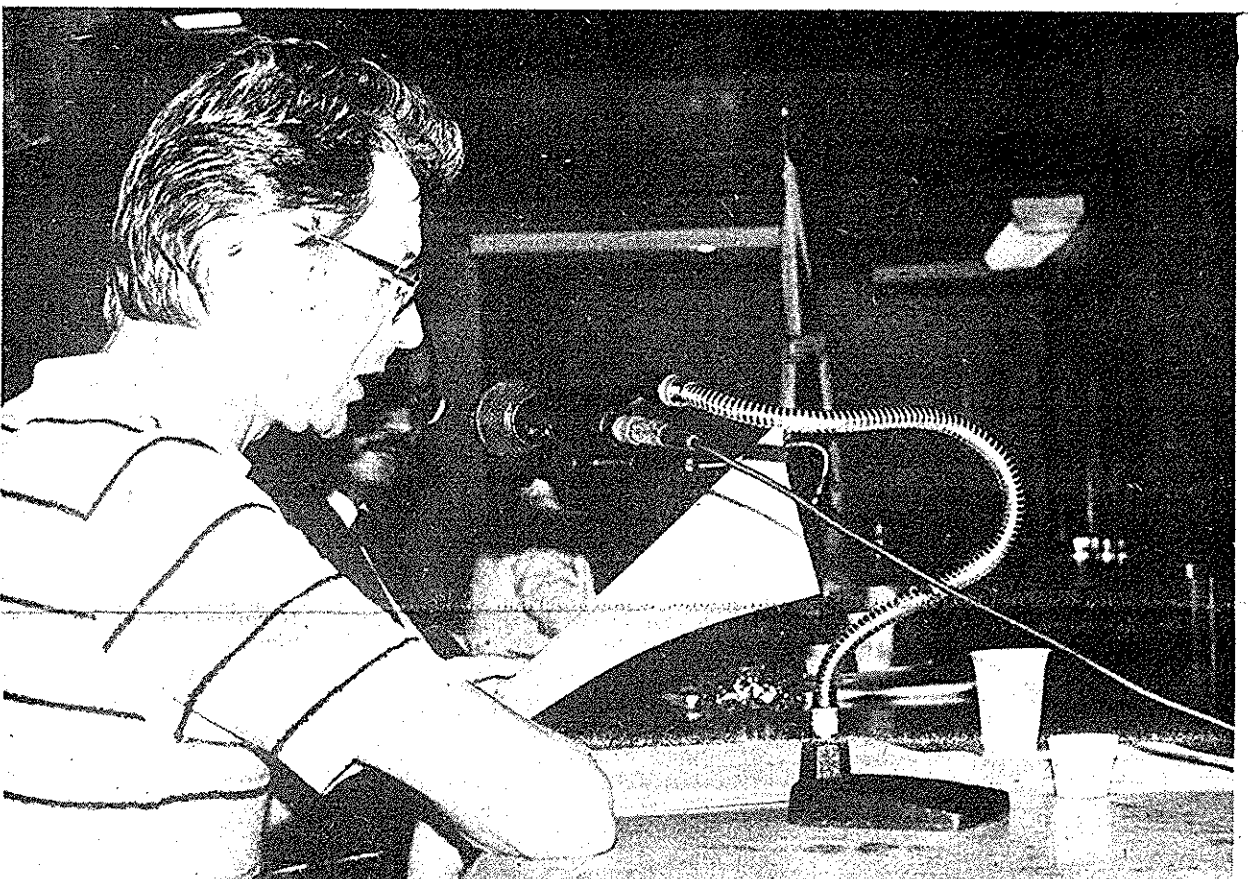
No trecho do Projeto Integrado de Colonização Altamira-Itaituba até o Km 240, e do PIC Altamira-Marabá até o Km 40, alcançando o rio Anapu - área da Transamazônica atendida pela Prelazia do Xingu -, teoricamente existiam, conforme revelou Dom Erwin, todas as condições para uma ocupação racional e justa da área. Todavia, 13 anos depois de iniciada a ocupação, já se constata, segundo ele, que a demarcação em lotes de 100 hectares nem de longe está contrabalançando o avanço desenfreado por parte dos grandes glebistas e fazendeiros.

Ele reproduziu as palavras do executor do PIC, Odair Pawlaski, segundo o qual nem 15 por cento dos primeiros colonos ali assentados, a partir de 1971, permaneceram em seus lotes. Das 27 agrovilas construídas pelo Incra, do Km 23 até o Km 100, 13 estão falidas e 14 funcionando em estado bastante precário.

A intenção do governo, desde que começou a colonização da Transamazônica, segundo o depoimento de Dom Erwin Krautler, foi criar uma classe média rural. Hoje, em sua opinião, é flagrante o malogro desse plano: apenas 10 por cento dos colo-



D. Krautler falou para um plenário vazio



O bispo do Xingu, prestando o depoimento

nos assentados na área conseguiram alcançar um nível considerado médio, e ainda assim o porque foram absorvendo, ao longo do tempo, lotes pertencentes a outros colonos, tornando-se proprietários de médio porte, ou se tornaram intermediários de firmas compradoras de cacau e pimenta. Os restantes 90 por cento se situam na faixa de baixa renda, e deles muitos estão hoje endividados, desestimulados e correndo sério risco de perderem seus lotes.

Em 13 anos de colonização, na opinião do bispo, o Incra somou mais fracassos que êxitos, e isso porque se limitou a jogar famílias de agricultores em matas brutas sem lhes dar, em contrapartida, na maioria das vezes, as condições mínimas de sobrevivência.

Se vantagens houve na ação do Incra, em sua opinião, essas vantagens ficaram com os grandes latifundiários e glebistas, compradores sempre à mão quando os pequenos agricultores, endividados, não encontram outra solução senão desfazer-se de seus pequenos lotes de terra.

Fator político

Em 1982, iniciou-se o que Dom Erwin Krautler chama de "segunda co-

lonização da Transamazônica". Infelizmente, porém, essa fase se caracterizou, segundo ele, por uma nitida coloração eleitoral. De fato, foram cortados 4 mil lotes de 100 hectares no trecho que vai do Km 120 até o Km 240, entre Altamira e Itaituba. Esses lotes, porém, estão situados, em sua maioria, no meio da mata, sem a menor possibilidade de acesso por estradas.

O bispo do Xingu fez sérias restrições às declarações do coordenador geral do Incra, Júlio Viveiros, ao depor na mesma CPI, há poucos dias atrás, quando afirmou que o instituto dispõe de 400 lotes para pronta entrega na área da Transamazônica, entre Marabá e Altamira. O Incra, segundo Dom Erwin, pode dispor realmente desses lotes, talvez até mais de 400, mas como já aconteceu antes, fará a simples entrega sem dar a seu proprietário a menor condição dele chegar ou sair do lote por estrada, a não ser através de picadas com 30 e até 40 quilômetros de extensão no meio das matas.

Sem financiamento bancário, sem ferramentas apropriadas, sujeitos às mais diversas doenças - principalmente a malária, que ultimamente aumentou de maneira assustadora -, esgotamento físico, sem estradas para o escoamento de sua produção, sem assistência médica e

sem escolas, muitos colonos, conforme alertou o bispo do Xingu, perdem o ânimo e vendem seus lotes para os primeiros colonos mais ricos ou fazendeiros que aparecem.

"Desta forma", acrescentou, "está se armando uma verdadeira 'contra-reforma agrária', concentrando terras já tituladas nas mãos de uns poucos que compram, a preço ínfimo, tantos lotes quantos aparecerem à venda, degradando os pequenos lavradores à condição de peões, de agregados ou fazendo-os trabalhar 'à meia' nos lotes dos quais até há pouco tempo eram donos com título definitivo. Outros abandonarão o campo para inchar as periferias das cidades ou tentar a sorte nos garimpos que proliferam na região do Xingu".

Concentração da terra

São as fazendas de 3 mil hectares a mais e glebas de 500 hectares que já ocupam o maior espaço na região, conforme assegurou o bispo do Xingu, acrescentando que poderosos grupos econômicos, grandes comerciantes e profissionais liberais, como médicos e advogados, tanto de Altamira quanto de outros lugares, estão se apoderando das terras da Transamazônica "sob o olhar complacente dos órgãos responsáveis".

Bispo prevê incidentes no Pacal

O bispo do Xingu, Dom Erwin Krautler, preferiu ontem não descartar a possibilidade de virem a se repetir, nos próximos dias, os graves incidentes ocorridos no Projeto Pacal no dia 1º de junho do ano passado, quando ele próprio chegou a ser detido e espancado por soldados da Polícia Militar. Aliás, sobre os atos de violência de que foi vítima na ocasião, o bispo afirmou estar seguramente convencido de que nada aconteceu por acaso, mas foi antes uma ação deliberada com o objetivo de esvaziar o movimento realizado então pelos plantadores de cana do Projeto Pacal.

Questionado insistentemente pelo deputado Paulo Fonteles, sobre o envolvimento do Governo do Estado no episódio, Dom Erwin preferiu atribuir responsabilidade maior ao Governo Federal, afirmando que o governador Jader Barbalho agiu, na época, sob forte pressão e inclusive ameaças de intervenção federal no

Estado. Segundo ele, a manifestação que ora realizam canavieiros e funcionários da usina de açúcar "Abraão Lincoln" é um movimento pacífico de protesto "contra os desmandos e a omissão criminosos dos órgãos envolvidos na questão". Mas lembrou que o movimento do ano passado também era pacífico e acabou degenerando em incidente graves. "Essas coisas são imprevisíveis", acrescentou.

Segundo ele, o dinheiro injetado no Pacal só serviu para enriquecer a firma construtora Zanini, a administradora da Cira-Pacal e, finalmente, "o grupo inescrupuloso da Conan". O bispo confirmou também as informações de que a usina se encontra inteiramente abandonada, já com algumas partes de suas instalações ameaçadas de desabar e o mato tomando o pouco a pouco as suas dependências.

Ele próprio e mais os deputados

Paulo Fonteles, Edson Batista e Aldebarão Klautau, presentes à reunião de ontem da CPI, discutiram demoradamente sobre as possíveis soluções do problema. Para Dom Erwin, só há 3 alternativas: a indenização aos canavieiros, pelas duas safras já perdidas; o pagamento e indenização, pela Conan, de todos os seus funcionários com salários em atraso; e a reativação imediata do Projeto Pacal. Esta última seria, em sua opinião, a solução ideal, mas também a mais difícil, já que a reativação do projeto exigiria a aplicação de recursos da ordem de 5 bilhões de cruzeiros. No seu entender, a experiência com vistas à produção de açúcar e álcool, na região de Altamira, foi positiva e não deve ser abandonada. A título de sugestão, o bispo sugeriu a criação de pequenas cooperativas e instalação de pequenas destilarias como a opção mais viável para esse tipo de atividade na região.